

DENOMINAÇÕES PARA *FEITIÇO* NO FALAR AMAZÔNICO: UM ESTUDO A PARTIR DE DADOS DO PROJETO ALIB

Geisa Borges da Costa¹

Resumo: Este estudo apresenta as designações para o referente *feitiço* documentadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) em áreas do falar amazônico. Adotando os pressupostos teórico-metodológicos da Geolinguística Pluridimensional Contemporânea, analisaram-se as variantes lexicais para o referente *feitiço* com o objetivo de descrever a norma lexical regional relacionada ao vocabulário religioso amazônico. Utilizaram-se inquéritos realizados com 40 informantes distribuídos equitativamente por ambos os sexos, em duas faixas etárias e dois níveis de escolaridade. Foram registradas seis lexias: *macumba*, *despacho*, *feitiço*, *trabalho*, *bruxaria* e *mandinga*. O léxico mostra o impacto da religião cristã no falar amazônico, demonstrando a estreita relação que existe entre língua e cultura. O repertório lexical dos falantes amazonenses revela a visão de mundo, as crenças e aspectos tabuísticos ligados ao campo religioso.

Palavras-chave: Falar amazônico; Léxico; Religião e crenças; Atlas Linguístico do Brasil

Names for spells in amazonian speech: a study using data from the ALiB Project

Abstract: This study presents the designations for the referent *spell*, documented by the Brazilian Linguistic Atlas Project (ALiB) in areas of Amazonian speech. Adopting the theoretical-methodological assumptions of Contemporary Pluridimensional Geolinguistics, the lexical variants for the spell referent were analyzed with the aim of describing the regional lexical norm. Surveys were carried out with 40 informants distributed equally between both sexes, in two age groups and two levels of education. Six words were registered: *macumba*, *despacho*, *feitiço*, *trabalho*, *bruxaria* and *mandinga*. The lexicon shows the impact of the Christian religion on

¹ Professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (gbdcosta@ufba.br).

Amazonian speech, demonstrating the close relationship that exists between language and culture. The lexical repertoire of Amazonian speakers reveals the worldview, beliefs and taboo aspects linked to the religious field.

Keywords: Amazonian Speech; Lexicon; Religion and beliefs; Linguistic Atlas of Brazil

INTRODUÇÃO

Conforme Lucchesi (2020, p.59), as línguas humanas sempre se diferenciaram como parte da construção da identidade de cada agrupamento humano, de modo que elas ocupam uma posição central na construção da identidade do povo que a fala. Sendo assim, a língua é um importante elemento de pertencimento social e um patrimônio coletivo, na medida em que, por meio dela, os falantes expressam valores, hábitos, costumes e crenças dos grupos sociais que participam.

A língua utilizada pelos indivíduos representa as particularidades linguísticas e culturais de sua comunidade, de seu meio sociocultural e da região em que vivem. Em um país multicultural, pluriétnico e de dimensões continentais como o Brasil, as diferentes realidades socioculturais, geográficas e econômicas contribuem para o universo linguístico multifacetado em que se apresenta língua portuguesa.

Esses traços linguísticos variáveis representam, portanto, a diversidade das normas regionais e sociais e podem acontecer nos diversos níveis da língua, como o fonético-fonológico (variação na realização aberta ou fechada das vogais médias pretônicas e na realização das consoantes /t, d/ diante da vogal [i]), o morfosintático (variação do pronome *menos* para *menas* e no uso dos verbos

ter e haver existenciais), o semântico-lexical (*semáforo ou sinaleira, sinal, faro – prostituta ou puta, rapariga, meretriz, mulher da vida*).

O nível lexical constitui-se em um campo de estudo privilegiado para o conhecimento, não apenas de aspectos eminentemente linguísticos, como também pode revelar marcas culturais próprias de determinados grupos sociais e de diferentes regiões geográficas do país. O repertório lexical dos falantes traduz a dimensão sociocultural e histórica de uma comunidade linguística.

O estudo que aqui se propõe está fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia Contemporânea e da Geolinguística Pluridimensional, (THUN, 1998; CARDOSO, 2010), na medida em que descrevem a língua em suas múltiplas dimensões, priorizando a variação espacial, sem desconsiderar os aspectos históricos, sociais e culturais atrelados à linguagem.

A pesquisa busca analisar as escolhas lexicais de falantes das capitais da Região Norte do Brasil, circunscritas ao falar amazônico, conforme proposta de divisão dialetal sugerida por Nascentes (1953, p. 25). Os dados fazem parte do acervo de fala pertencente ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil, um empreendimento de amplitude nacional, que realizou entrevistas com um total de 1.100 informantes distribuídos por todas as regiões brasileiras, com o objetivo de descrever, de maneira realística, a realidade linguística do português do Brasil.

Para este trabalho, analisaram-se as respostas dos informantes para a terceira pergunta do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB, relativa à área semântica Religião e Crenças. A questão busca apreender a variação lexical para o referente *feitiço* e foi formulada da seguinte maneira: “O que algumas certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.33).

O objetivo principal da pesquisa é identificar e descrever, sob a perspectiva diatópica, as denominações atribuídas para o referente *feitico* por falantes das capitais do Norte do Brasil, que compõem o falar amazônico.

As principais questões que motivaram esta pesquisa foram:

- De que forma se apresenta a produtividade das variantes para nomear o item lexical *feitico* na área do falar amazônico?
- O que os dados da área semântica Religião e Crenças podem revelar acerca da realidade linguística e cultural dos falantes pertencentes a uma determinada área dialetal?

O trabalho estrutura-se em cinco seções. A primeira consiste na introdução, em que se delineou o escopo principal da pesquisa. A segunda seção fará uma breve retrospectiva dos estudos dialetais no Brasil. Na terceira, apresentar-se-á a divisão dialetal do Brasil proposta pelo dialetólogo Antenor Nascentes. A quarta seção fará uma breve caracterização do falar amazônico. A quinta seção refere-se à metodologia adotada na pesquisa. Posteriormente, apresentar-se-á a descrição diatópica dos dados e, por fim, a quinta seção traz as considerações finais do artigo.

BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DIALETAIS NO BRASIL

A necessidade de sistematizar a história da Dialectologia no Brasil fez com que alguns estudiosos (Nascentes, 1922; Ferreira; Cardoso, 1994; Mota; Cardoso, 2006; Teles, 2018) a dividissem em várias fases, considerando, para cada uma delas, o desenvolvimento observado nos estudos de natureza geolinguística.

Antenor Nascentes estabelece, em 1922, apenas duas fases para os estudos dialetais no Brasil. A primeira fase, que se estende de 1826 a 1920, consistiu basicamente na realização de estudos do léxico do português do Brasil, com a produção de um grande volume de trabalhos de caráter lexicográfico, como dicionários, glossários e estudos sobre o léxico regional, com o intento de levantar características linguísticas específicas de diferentes áreas brasileiras através das manifestações lexicais utilizadas pelos informantes.

Nascentes (1953 [1922]) destaca, nessa fase, juntamente com as obras de caráter lexicográfico, o primeiro estudo de natureza gramatical, *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, realizado por José Jorge Paranhos da Silva, que buscou retratar os diferentes aspectos da variação do português do Brasil comparando-os com os do português de Portugal.

A segunda fase, que se estendeu de 1920 a 1952, assinalou os primeiros passos para o desenvolvimento sistemático da geografia linguística no Brasil e teve início com a publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral. Antenor Nascentes publicou *O linguajar carioca* em 1922, buscando situar o falar carioca no quadro do que se entendia como o falar brasileiro e apresentou uma divisão dos falares brasileiros em dois grandes grupos: os falares do norte e os falares do sul. Ainda nesse período, Mário Marroquim publicou *A língua do Nordeste*, em 1934, com o propósito de descrever aspectos da diversidade linguística em Alagoas e Pernambuco.

Essa fase, conforme Nascentes (1953 [1922]), foi marcada pela produção de trabalhos de cunho monográfico que buscaram fazer a descrição da realidade linguística de áreas específicas, não apenas do ponto de vista semântico-lexical, como os estudos da fase anterior, mas também enfocando os níveis fonético-fonológicos e morfossintáticos.

Ferreira; Cardoso, em 1994, reformulam a divisão apresentada por Nascentes, propondo mais uma etapa para a periodização dos estudos geolinguísticos, com a finalidade de identificar e demarcar as três diferentes tendências dominantes em cada uma das épocas consideradas.

As autoras revalidam a proposta de Nascentes, mas entendem ser necessário incluir uma nova fase na história da Dialetologia brasileira, já que, a partir de 1952, os estudos dialetais tiveram um grande avanço metodológico, expandindo-se a produção de trabalhos no campo da Geolinguística.

A terceira fase dos estudos dialetais no Brasil teve como marco a determinação do governo brasileiro, através do Decreto 30.643 de 20 de março de 1952, de que a finalidade principal da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa deveria ser a elaboração do atlas linguístico do Brasil.

Além disso, marcou também esse período, o esforço realizado por Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha para que se produzissem trabalhos sistemáticos baseados na geografia linguística e que se realizassem atlas regionais, a fim de que se pudesse criar uma mentalidade dialetológica.

Essa orientação foi executada por Nelson Rossi, pioneiro na aplicação do método da geografia linguística, que, juntamente com sua equipe, idealizou e publicou o primeiro atlas linguístico brasileiro, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, em 1963.

Os resultados produzidos pelo APFB impulsionaram o desenvolvimento de diversos estudos geolinguísticos no Brasil, seja através da utilização dos dados linguísticos coletados na área geográfica recoberta por este atlas, seja através da produção de outros atlas regionais.

A publicação do Atlas Prévio dos Falares Baianos assinalou o início sistemático dos estudos no campo da geolinguística brasileira, que, daí em diante, passou a produzir vários atlas regionais, já havendo, atualmente, no Brasil, uma vasta área geográfica descrita pelos atlas regionais publicados.

Mota; Cardoso (2006) retomam a divisão de Ferreira e Cardoso (1994) e estabelecem um corte, propondo a inserção de uma quarta fase na evolução dos estudos dialetais, que se iniciaria em 1996, a partir do seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, realizado na Universidade Federal da Bahia em 1996, em que se instituiu um comitê nacional, formado por diversos autores de atlas linguísticos estaduais, para que se pudesse implementar a elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*.

Esse período foi marcado por uma grande efervescência de trabalhos de cunho geolinguístico, pela extensa produção de atlas linguísticos de domínio estadual e regional e pelo crescente interesse de estudantes e pesquisadores por esse campo dos estudos linguísticos.

Mota; Cardoso (2006) dão destaque, nesta fase, à inovação metodológica empreendida pelo projeto ALiB, que, ao incorporar alguns princípios utilizados pela Sociolinguística Quantitativa, configura-se como um atlas linguístico pluridimensional.

O Projeto do AliB representou um avanço metodológico para a geolinguística brasileira, pois, além da dimensão diatópica, foram incluídas de maneira sistemática características sociais dos informantes, como sexo, idade e escolaridade, o que permite um estudo mais acurado dos dados linguísticos.

A inserção de uma quinta fase nos estudos dialetais foi proposta por Teles em sua tese de doutorado defendida em 2018 pelo Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. A

pesquisadora e presidente da Comissão de Informatização e Cartografia do ALiB defende que a publicação dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil no ano de 2014 enseja um novo marco para as pesquisas dialetológicas no Brasil e elenca uma série de ações importantes possibilitadas a partir da publicação de um atlas nacional, tais como:

- desenvolvimento de um vasto número de estudos dialetais realizados a partir dos dados levantados pelo ALiB;
- extensão alcançada pelo Projeto ALiB;
- disponibilização do atlas em diversas bibliotecas brasileiras e internacionais;
- Aumento exponencial das pesquisas voltados para a Sociolinguística e Dialectologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação;
- Divulgação da produção do atlas em âmbito nacional, a partir de telejornais de cobertura local e nacional;

Conforme Teles (2018, p.80), o ALiB é uma publicação inovadora que pode ser considerada um marco para os estudos dialetais, não apenas do ponto de vista de seu conteúdo, como também do ponto de vista cartográfico, visto ser o primeiro atlas linguístico no Brasil concebido para a utilização em Sistemas de Informações Geográficas, tendo utilizado uma base cartográfica oficial e digital.

Além disso, a autora destaca outra característica marcante do atlas, o georreferenciamento de todas as localidades, o que torna possível que todas as cartas publicadas sejam passíveis de complementações e reedições a qualquer tempo.

Os estudos dialetais no Brasil tiveram um grande avanço teórico e metodológico, com a adoção do método geolinguístico para a descrição e tratamento dos dados, e tem dado uma importante contribuição para o conhecimento da realidade linguística do português nos diversos espaços geográficos e socioculturais.

Seguindo a esteira da Geolinguística Contemporânea e do caminho percorrido pelo atlas nacional, diversos atlas regionais, estaduais e locais vem sendo produzidos em todo território brasileiro. No que tange à Região Norte, cumpre destacar a realização de um número significativo de atlas linguísticos estaduais e de atlas linguísticos de pequenos domínios, que se dedicaram ao registro da diversidade da língua portuguesa no âmbito regional. Dentre os atlas dos estados nortistas, pode-se citar: Atlas Linguístico do Amazonas (CRUZ, 2004); Atlas Linguístico Sonoro do Para (RASZKY, 2004); Atlas Linguístico do Amapá (RASZKY, RIBEIRO, SANCHES, 2017); Atlas Etnolinguístico do Acre (KARLBERG, 2018); Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (SILVA, 2018); em fase de desenvolvimento estão o Atlas Linguístico de Roraima (MARTINS, 2020) e o Atlas Linguístico de Rondônia (TELES, RASZKY, COIMBRA, 2022).

Na próxima seção, apresentar-se-á a proposta de Antenor Nascentes (1953) para a divisão do Brasil em áreas dialetais.

A DIVISÃO DIALETAL DO BRASIL PROPOSTA POR ANTENOR NASCENTES

A ideia de delimitar o Brasil a partir das características linguísticas de suas diversas regiões já fora manifestada por diversos autores que apresentaram, anteriormente a Nascentes, suas contribuições para tal fim.

Teles (2018, p. 81) destaca a importância dessas tentativas de definições de áreas dialetais, pois, a partir delas, Nascentes pode justificar a sua proposta, concordando com alguns itens, discordando de outros, sugerindo modificações e, embora apresentem diversos problemas, todas as proposições foram embasadas em algum tipo de fundamento linguístico ou geográfico, embora todos os autores tenham admitido a falta de informações e dados suficientes para torná-las definitivas.

A primeira proposta de divisão do Brasil em áreas dialetais possui a autoria de Julio Ribeiro, que, baseado em critérios exclusivamente geográficos, propôs delimitar o país em quatro áreas: Norte (Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco); Leste (Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo); Centro (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso); Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Essa proposta foi criticada por Nascentes, que elencou vários problemas, tais como: a junção do Norte com o Nordeste, a separação de diversos estados do Nordeste, o agrupamento do Espírito Santo com Rio de Janeiro e Bahia, a reunião de estados tão diferentes no Leste, a junção de Minas Gerais com Goiás e Mato Grosso, a separação de São Paulo dos estados do Sul.

A segunda divisão dialetal foi proposta por João Ribeiro, que, utilizando critérios históricos, delimitou o território brasileiro em cinco áreas: Extremo Norte (Amazônia, Piauí e Ceará), Norte (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio

Grande do Norte), Centro (Sergipe, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro), Interior (São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), Sul (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Nascentes considera importante a observação histórica da formação dos estados brasileiros, porém ainda não concorda com essa proposta.

Posteriormente, Rodolfo Garcia apresenta uma terceira proposta combinando critérios geográficos e históricos. Para isso, considerou a continuidade dos territórios, a facilidade de comunicação, a homogeneidade X heterogeneidade de culturas e a dosagem dos elementos étnicos, ficando assim delimitadas as áreas linguísticas: Norte (Amazonas, Pará e Maranhão), Norte-oriental (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas), Central-marítima (Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro), Meridional (São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), Altiplana central (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

Conforme Nascentes, essa seria uma divisão mais aceitável, porém o autor elenca uma série de problemas, como: incluir o Maranhão na zona Norte, distribuir o Rio de Janeiro e o Sul do Espírito Santo na zona central-marítima, colocar todo o estado de Minas Gerais e Goiás junto com Mato Grosso.

Tomando como referência a divisão de Garcia, Nascentes apresenta, em 1922, sua primeira proposta de divisão dialetal brasileira, separando o país em quatro grandes áreas de falares: Nortista (Amazonas, Pará, litoral dos estados do Maranhão até a Bahia), Fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sul de Minas Gerais e Distrito Federal), Sertaneja (Mato Grosso, Goiás, Norte de Minas, sertão

dos estados litorâneos do Maranhão até a Bahia), Sulista (São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro).

Após receber diversas críticas, inclusive de autores importantes como Lindolfo Gomes, por ter juntado áreas linguisticamente tão diferentes, o autor justifica que, até então, havia percorrido apenas uma pequena parte do território brasileiro e, após mais uma tentativa de divisão dialetal em 1933 ser refutada por nomes como Renato Mendonça, o insigne dialetólogo, após ter realizado o desejo de percorrer todo o território brasileiro, “do Oiapoque ao Chuí, de Recife a Cuiabá” (NASCENTES, 1953, p.24), apresenta em 1952 uma nova proposta que, apesar de não considerar definitiva, entende que é a mais próxima da realidade linguística do país.

Tomando como parâmetro a abertura das vogais médias pretônicas e características prosódicas da fala brasileira, Nascentes dividiu o português do Brasil em dois grandes grupos de falares, os do Norte e os do Sul, que abrangeriam alguns subfalares:

- Norte (amazônico e nordestino);
- Sul (baiano, fluminense, mineiro e sulista).

O autor ainda incluiu em sua divisão dialetal uma área central do país que ele denominou de território incaracterístico, por ainda ser pouco povoada e, desse modo, não permitir, à época, elementos suficientes para uma caracterização linguística.

A seguir, apresenta-se o mapa com as áreas dialetais definidas por Nascentes.

Figura 1 - Divisão dialetal do Brasil proposta por Nascentes



Fonte: NASCENTES, 1953, p.18

A próxima seção apresenta uma breve caracterização da área dialetal definida por Nascentes como subfalar ou subdialeto amazônico, já que os dados lingüísticos analisados neste trabalho são provenientes desse espaço geográfico.

O SUBFALAR AMAZÔNICO

Conforme se lê na seção anterior, Nascentes considerou que há, no território brasileiro, dois grandes grupos de falares: o falar do Norte e o falar do Sul, alocando o subfalar amazônico no conjunto dos falares do Norte.

Segundo a divisão proposta pelo autor, o falar amazônico engloba os estados do Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás, que vai da Foz do Aiquiqui à Serra do Estrondo. Teles (2018, p.416) informa que a Foz do Aiquiqui, na época, era ponto limite comum aos estados do Mato Grosso, Pará e Goiás e corresponde atualmente a uma parte do estado do Tocantins.

Sendo assim, o falar amazônico abrange quase a totalidade da região Norte do Brasil, exceto o estado de Rondônia e Tocantins, que o autor considerou como fazendo parte do território incaracterístico pelas razões já apresentadas anteriormente. A seguir, apresenta-se o cartograma elaborado por Teles para ilustrar as áreas do falar amazônico.

Figura 2 - Cartograma do falar amazônico



Fonte: TELES, 2018, p. 113

A Região Norte foi fortemente influenciada pelos costumes e hábitos dos indígenas, que já habitavam boa parte da área e foram utilizados como mão-de-obra escrava dos colonizadores portugueses.

A região possui a maior extensão territorial do Brasil com 3.869.637 km². Não obstante a isso, o censo demográfico de 2020 do IBGE computou um número de 17.354.884 habitantes no Norte do país, o que representa apenas 8,54% da população nacional. Por outro lado, é esta região que possui a maior concentração da população indígena do Brasil, com um total de 753.780 pessoas indígenas.

O processo de povoamento das cidades que foram transformadas em capitais dos estados do Norte nem sempre aconteceu da mesma maneira, iniciando-se pelo litoral nortista no século XVII e completando o seu ciclo apenas no século XX.

Houve uma extensa mestiçagem da população da Região Norte, já que, até o século XVIII, quase não havia mulheres brancas nos povoados, e, nesse período, a língua dominante ainda era uma variedade do tupi.

A pluralidade de povos, línguas e culturas influenciou fortemente a formação das línguas do português que podem ser observadas nessa área geográfica.

As diferentes etnias indígenas, organizadas a partir de uma variedade de línguas e culturas, tiveram um papel fundamental para a ocupação dos portugueses na região amazônica, visto que os europeus necessitavam de mão de obra escrava para a exploração do território, ainda que muitos deles tenham conseguido fugir do litoral para o interior.

Conforme Teixeira; Fonseca (2003), coube ao Marquês de Pombal, ao tomar posse como ministro de Portugal, empreender diversas ações para estimular a ocupação da região, tais como: estímulo à imigração negra e açoriana, monopólio do comércio, criação de leis de incentivo à ocupação da região.

De acordo com Isquerdo; Teles; Zágari (2014, p. 67),

não pode ser desconsiderada a importância dos ciclos econômicos para o povoamento das regiões brasileiras e para a formação da sociedade, na medida em que geram inúmeras levas migratórias que favorecem contatos interétnicos e linguísticos, seja em decorrência do convívio entre brasileiros das diversas regiões, seja entre a população brasileira e imigrantes que aqui se fixaram e contribuíram para a configuração do povo brasileiro.

No caso da Região Norte, o ciclo da borracha, no século XX, produziu um enorme impacto para o contingente habitacional da Amazônia, na medida em que a necessidade da extração do látex em grande quantidade para importação trouxe levas de pessoas de várias regiões do país, principalmente nordestinos, e também um grande contingente de estrangeiros de diversas partes do mundo.

Aliado a isso, outras ações voltadas para o incremento da economia, como a construção de estradas e portos, implantação de linhas telegráficas atraíram trabalhadores de diversas partes do Brasil e também de outras nacionalidades, como americanos, espanhóis, italianos, ingleses, além de um grande número de bolivianos.

A descoberta de pedras preciosas na região amazônica também desencadeou intensos fluxos migratórios de garimpeiros atraídos pela busca de diamantes.

Posteriormente, mesmo após o declínio das atividades de mineração, o Norte continuou atraindo pessoas de todas as regiões, mas principalmente do Nordeste, que buscavam terras vazias para praticar a agricultura. Com a implantação da malha rodoviária, a população do Norte aumentou vertiginosamente.

O processo histórico de povoamento da região Norte evidencia o contato entre povos das mais diversas origens geográficas, sociais, culturais e econômicas, o que produziu um retrato linguístico e cultural bastante diversificado e plural.

O falar amazônico identificado por Nascentes apresenta traços linguísticos bastante representativos de uma região que, por muito tempo, viveu um processo de isolamento do restante do país e, além disso, foi alvo de intensos fluxos migratórios.

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil pode trazer contribuição para o conhecimento de aspectos linguísticos e culturais da Região Norte e, mais especificamente, do falar amazônico, na medida em que realizou entrevistas com um grande número de pessoas oriundas desta área geográfica, com o fito de conhecer a realidade linguística do português falado nesta região do país.

Os dados coletados pelos pesquisadores do ALiB na Região Norte já serviram como base para diversos estudos, publicados em forma de artigos, monografias, dissertações e teses. No âmbito do nível lexical da língua, foco da

nossa investigação, alguns trabalhos foram realizados com vistas a atestar a vitalidade das áreas dialetais propostas por Nascentes.

Dentre os estudos produzidos com o *corpus* do projeto ALiB sobre o falar amazônico, destacam-se as dissertações de mestrado de Danyelle Portilho defendida em 2013 na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Prof^a Dr^a Aparecida Isquerdo e a dissertação de Ana Rita Carvalho defendida em 2021 na Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Prof^a Dr^a Marcela Paim. A primeira, focalizou o léxico da área semântica *Jogos e diversões infantis* e a segunda, investigou o léxico com a temática *Astros e Tempo*.

A pesquisa de Portilho evidenciou que o falar amazônico apresenta peculiaridades que o diferenciam das outras regiões do país e recebe influências dos falares das áreas geográficas limítrofes da região Norte do Brasil. No que tange às respostas dos informantes para “... o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.34), predominou o item lexical *baladeira* dentre as escolhas lexicais dos habitantes das localidades estudadas no Norte (70%) como designação de *estilingue*; já para a pergunta “ como se chama as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.34), a predominância foi da unidade lexical *peteca* (75,7%) que, na região investigada, nomeia a *bola de gude*.

Carvalho (2021) registrou cinquenta denominações no falar amazônico para as questões investigadas sobre *Astros e Tempos*. Para ela, esse número demonstra que a região é extremamente diversificada culturalmente, e isso se reflete, conseqüentemente, no modo de falar das pessoas e no modo como elas nomeiam as coisas ao seu redor.

A autora destaca que o falar amazônico não mantém seu traçado na atualidade, do mesmo modo como sugeriu Nascentes, na década de 50, pois as denominações mais recorrentes que foram registradas, também estão presentes no Centro-Oeste brasileiro e nos estados da Bahia e do Paraná.

A análise das questões realizadas por Carvalho também demonstrou haver uma diferença entre o Falar Amazônico, o Nordeste e o Baiano, como propôs Nascentes (1953), pois foram observadas diferenças dialetais, tais como a ausência das denominações *estrela do moedor* e *zelação* no falar amazônico.

A autora ressalta a necessidade de análises futuras para que se tenha um panorama mais realístico acerca dos usos linguísticos nessas áreas. Para ela, a macro divisão, proposta por Nascentes (1953), para falares do Norte e do Sul, em alguns momentos, na amostra, parece se confirmar, mas na maior parte dela, percebe-se que existe um diálogo evidente entre a norma lexical do Norte com a norma lexical no Centro-Oeste do país, pois a maioria das denominações também foram registradas nos estudos de Carvalho (2015) e Cuba (2015).

A autora ainda pontua que o léxico analisado, quando relacionado à área dialetal investigada e a pluralidade de nomes descritos, sugere que tenha motivações históricas ou relacionadas ao tipo de povoamento empreendido na região. Para ela, o movimento migratório promovido pelo Ciclo da Borracha (1879 - 1945) e também pela Marcha para o Oeste (1937-1945) podem ter alguma influência na maneira de falar do povo nortista, pois, embora a contextualização sócio-histórica registre a grande presença de inúmeras etnias indígenas nesse espaço, não foram encontrados elementos indígenas no léxico registrado no estudo.

Os estudos dialetais são de extrema importância para o conhecimento sistemático da multidimensionalidade que a língua portuguesa assume nos mais variados espaços físicos e sociais. Em um país de dimensões continentais, torna-se imperativo a descrição dos falares e da cultura do seu povo, em todos os aspectos linguísticos e culturais.

Sendo assim, as pesquisas sobre diversidade linguística podem revelar características sociais e culturais de cada comunidade estudada, já que através da língua é possível apreender o sistema de valores, crenças e as diferentes e complexas condições a partir das quais os grupos sociais se constituem. Dessa forma, os estudos dialetais podem explicar a relação que se estabelece entre o comportamento linguístico dos falantes e os mais variados componentes de ordem geográfica, cultural, social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo segue os princípios da Geolinguística Pluridimensional Contemporânea e constitui-se a partir de um segmento do questionário semântico-lexical (QSL) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), considerando-se as respostas dadas pelos informantes para a terceira pergunta referente à área semântica Religiões e Crenças.

A questão 149 do QSL foi formulada, no âmbito do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, com o fim de obter a documentação diatópica e diastrática da diversidade linguística e cultural utilizada pelos indivíduos para nomear o item lexical *feitiço*. Desse modo, perguntou-se ao informante: “O que algumas pessoas

fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?” (COMITÊ NACIONAL..., 2001, p.33)

Para este estudo, utilizaram-se inquéritos realizados com 40 informantes distribuídos pelas cinco capitais do Norte, que compõem o grupo do falar amazônico, de acordo com a divisão dialetal proposta por Nascentes (1953, p.16), quais sejam: Manaus (AM), Belém (PA), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR), Macapá (AP).

Os entrevistados do projeto ALiB foram estratificados por sexo, faixa etária e escolaridade (quatro homens e quatro mulheres em cada capital, pertencentes à faixa etária I – dos 18 aos 30 anos e à faixa etária II – dos 50 aos 65 anos, com dois níveis de escolaridade: nível superior e nível fundamental de ensino). Desse modo, além de aspectos linguísticos ligados à variação espacial, o *corpus* constituído pelo Projeto ALiB permite o estudo da variação diassexual, diageracional, diastrática.

Na amostra constituída para este estudo, considerou-se apenas a dimensão espacial ou diatópica dos dados, observando-se a frequência e distribuição das variantes utilizadas pelos informantes como resposta para a questão 149 nas cinco localidades pesquisadas.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise quantitativa foi realizada com um total de 65 dados lexicais, obtidos como respostas para a pergunta 149 do questionário semântico-lexical, os quais correspondem a seis designações para o referente *feitiço*: *macumba*, *despacho*, *feitiço*, *trabalho*, *bruxaria* e *mandinga*.

A tabela a seguir mostra a frequência das variantes para *feitiço* no conjunto das capitais da região Norte, que pertencem ao falar amazônico

Tabela 1 – Frequência das variantes para *feitiço* no conjunto das capitais da região Norte que compõem o falar amazônico

Variantes	Belém	Boa Vista	Macapá	Manaus	Rio Branco	Total	%
Macumba	5	6	7	4	7	29	44,6
Despacho	3	6	7	3	2	21	32,3
Feitiço	2		1	3		6	9,2
Trabalho	1	1	1	1	2	6	9,2
Bruxaria			1	1		2	3,07
Mandinga		1				1	1,53

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Autoria própria

Foram catalogadas apenas seis designações para o referente em destaque nas capitais da região Norte. A variante *macumba* apresentou um alto índice de ocorrências entre os falantes, perfazendo 44,6% dos dados totais da amostra, não sendo pronunciada apenas por três informantes da capital do Pará, dois de Boa Vista, um de Macapá, um de Rio Branco e quatro de Manaus.

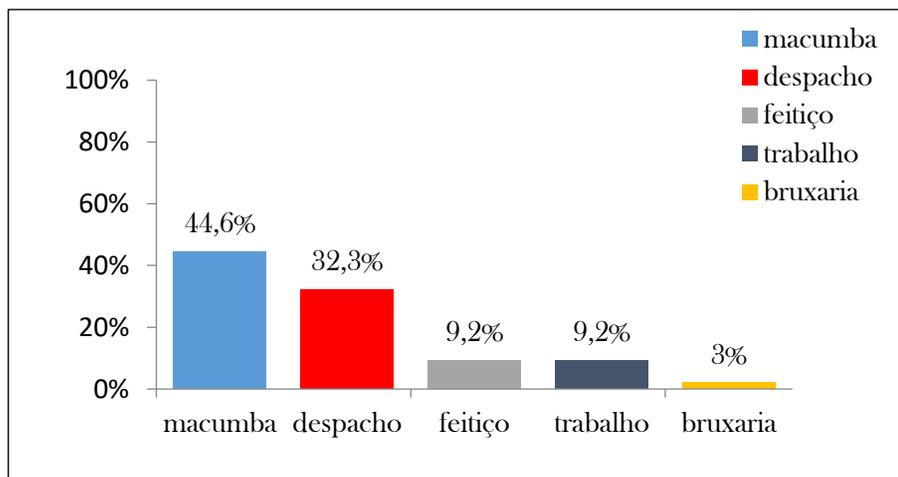
A variante *despacho* obteve a segunda maior produtividade nas capitais do Norte, com um percentual de 32,3% do número total de ocorrências, sendo documentada em sete entrevistas na cidade de Macapá.

As lexias *feitiço* e *trabalho* obtiveram um número de registros bastante reduzido nas capitais do Norte, apenas seis registros para cada uma das variantes.

A variante *bruxaria* foi documentada somente duas vezes: um registro em Macapá e outro registro em Manaus.

O gráfico a seguir traz um resumo da tabela anterior, excluindo-se apenas a variante *mandinga*, pois obteve ocorrência única. O gráfico demonstra a alta produtividade da variante *macumba* em comparação com as outras formas lexicais encontradas no *corpus*.

Gráfico 1 - Designações para *feitiço* nas capitais do Norte



Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Autoria própria

O gráfico evidencia a produtividade das variantes registradas nas capitais da Região Norte que compõem a área do falar amazônico. As lexias *macumba* e *despacho* apresentam os maiores percentuais na amostra estudada, o que

evidencia que o repertório lexical ligado aos cultos de religiões africanas foi disseminado no Brasil de maneira equivocada, sem considerar o sentido real e verdadeiro de cada ritual, o que explica o uso de termos tão distintos semanticamente (*macumba, despacho, trabalho, bruxaria*) para conceituar o mesmo referente (*feitiço*).

A ideia geral costuma ser a de que as oferendas serviriam sempre para prejudicar e fazer mal a alguém, haja vista a própria questão formulada, equivocadamente, pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil para buscar a diversidade lexical para o nome *feitiço*.

A lexia *macumba* foi a denominação mais frequente na fala dos informantes da região amazônica para nomear o item lexical *feitiço*. Essa resposta demonstra que costuma haver uma alteração semântica para o conceito do referente buscado pelos pesquisadores, a partir de uma percepção presente no imaginário social brasileiro, construída através de visões extremamente negativas e estereotipadas no que tange às religiões africanas.

Olga Calciatore (1977) em seu *Dicionário dos cultos afro-brasileiros* designa *macumba* como termo genérico para os cultos afro-brasileiros derivados do nagô, mas modificado por influências angola-congo e ameríndias, católicas, espíritas e ocultistas que se desenvolveram, a princípio, no Rio de Janeiro e talvez em Minas Gerais. Ainda segundo a autora, *macumba* também é um nome que os leigos usam para os cultos afro-brasileiros, para aqueles que empregam a magia negra e que os adeptos de umbanda de linha branca chamam quimbanda e o empregam como sinônimo de *feitiçaria* e *despacho de rua*.

O quadro 1, posto a seguir, corresponde à distribuição das localidades em que as variantes ocorreram, demonstrando-se a presença das variantes para *feitiço* nas capitais do Norte que constituem a amostra.

Quadro 1 - Registro das variantes para *feitiço* nas localidades

VARIANTES	LOCALIDADES
Macumba	Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Rio Branco
Despacho	Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Rio Branco
Trabalho	Belém, Boa Vista, Macapá, Manaus, Rio Branco
Feitiço	Belém, Macapá, Manaus
Bruxaria	Macapá, Manaus
Mandinga	Boa Vista

Fonte: Banco de dados do Projeto ALiB. Autoria própria

O quadro mostra que as variantes *macumba*, *despacho* e *trabalho* foram documentadas em todas as capitais da Região Norte que fizeram parte da amostra, ou seja, em toda a área do falar amazônico. A variante *feitiço* foi registrada em três capitais. A variante *bruxaria* foi documentada em duas capitais. A lexia *mandinga* foi registrada apenas em uma capital do Norte que compõe o falar amazônico.

Algumas entrevistas mostram haver um julgamento negativo do informante sobre as práticas mágicas e religiosas ligadas à feitiçaria, conforme se pode observar em vários excertos dos inquéritos.

A seguir serão transcritos alguns trechos dos inquéritos linguísticos realizados nas capitais da Região Norte. A primeira entrevista é de um informante

do sexo masculino, faixa etária II (50 a 65 anos) e nível de escolaridade fundamental, residente em Belém - PA. A segunda entrevista é de uma informante do sexo feminino, faixa etária I (18 a 30 anos), nível de escolaridade fundamental, residente em Macapá - AP e a terceira entrevista é de uma informante natural de Manaus - AM, que possui as mesmas características sociais da informante de Macapá.

INQ. _ O que algumas pessoas fazem para prejudicar outras pessoas e colocam assim em encruzilhadas?

INF. _ *macumba... é coisa que a gente não gosta de falar. Sou totalmente oposto a isso.* (12, inf. 3)

INQ. _ O que algumas pessoas fazem para prejudicar outras pessoas e colocam assim em encruzilhadas?

INF. _ *Ah, bruxaria, macumbaria.*

INQ. _ Isto mesmo.

INF. - *Que eu detesto na minha vida.* (02, inf. 4)

INQ. _ O que algumas pessoas fazem para prejudicar outras pessoas e colocam assim em encruzilhadas?

INF. - *É ridículo, mas é a feitiçaria, a macumbaria, né...* (06, inf. 2)

Os excertos das entrevistas mostram que alguns falantes imprimem uma carga negativa vinculada ao referente buscado pelos pesquisadores. O repertório lexical ligado às práticas mágicas das religiões de matriz africanas é utilizado de maneira bastante pejorativa e depreciativa. Muitos informantes fazem questão de indicar sua desaprovação em relação a essas práticas religiosas e reforçam que são ritos amaldiçoados e abomináveis.

CONCLUSÃO

A análise do *corpus* documentou seis variantes utilizadas para nomear o referente *feitiço* pelos falantes das capitais da Região Norte, que fazem parte da área do falar amazônico, conforme a divisão dialetal do Brasil proposta pelo dialetólogo Antenor Nascentes (1953).

A variante mais produtiva no conjunto dos dados foi *macumba*, com um percentual de 44,6% das respostas, seguida de *despacho*, que foi responsável por 32,3% dos dados totais. As lexias *feitiço* e *trabalho* obtiveram o mesmo número de registros e totalizaram 9,2% das respostas. *Bruxaria* foi registrada apenas duas vezes, o que indica um percentual de 3% dos dados e a lexia *mandinga* foi lembrada por apenas um informante.

As lexias, *macumba*, *despacho* e *trabalho* foram registradas nas cinco capitais estudadas, as duas primeiras sendo amplamente registradas pelos informantes, o que demonstra que fazem parte da norma lexical regional no que diz respeito à área semântica religiões e crenças.

As práticas religiosas ligadas aos africanos e afro-brasileiros sempre foram eivadas de preconceitos e estigmas. Muitas pessoas desconhecem a simbologia presente nessas religiões, como as oferendas, e não fazem distinção entre os diversos materiais e tipos de ofertas aos deuses.

Os dados lexicais apresentados neste estudo podem contribuir para o conhecimento da diversidade linguística presente na Região Norte do Brasil, mais especificamente no que tange às capitais dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Acre e Amapá, áreas caracterizadas como pertencentes ao falar amazônico.

As escolhas lexicais dos falantes revelam suas visões de mundo, suas crenças, superstições, valores morais e religiosos. Sendo assim, os dados linguísticos de cunho religioso, obtidos através de entrevistas realizadas com falantes nortistas, parecem apontar para uma dimensão tabuística impressa pelos informantes para nomear o referente *feitiço*.

A análise realizada sobre o falar amazônico, embora com dados restritos a apenas a alguns pontos linguísticos, revela importantes marcas linguísticas e culturais impressas nos elementos lexicais utilizados pelos falantes nortistas.

Espera-se que este estudo contribua para a disseminação da riqueza linguística e cultural encontrada no falar amazônico, ressaltando-se a necessidade de ampliação das pesquisas dialetais sobre a Região Norte do país.

REFERÊNCIAS

CACCIATTORE, Olga. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. São Paulo, Forense, 1977.

CARDOSO, Suzana. **Geolingüística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

CARVALHO, Ana Rita. **As estrelas no *corpus* do Projeto ALiB: revisitando o falar amazônico**. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura). Programa de pós-graduação em Língua e Cultura. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

CRUZ, Maria Luiza Cardoso. **Atlas Linguístico do Amazonas**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. V. I e II.

CUBA, Marigilda. **Atlas Linguístico Topodinâmico do Território Incaracterístico**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A Dialectologia no Brasil**. São Paulo: Parábola, 1994.

ISQUERDO, Aparecida; TELES, Ana Regina; ZÁGARI, Mário. A rede de pontos. In: CARDOSO et al. **Atlas Linguístico do Brasil**: introdução. Londrina: Eduel, 2014. p. 37-78.

LUCCHESI, Dante. O processo de normatização da língua na modernidade e na história sociolinguística do Brasil. In: RAZKY, Abdelhak; OLIVEIRA, Marilúcia Barros; LIMA, Alcides Fernandes. (Orgs.). **Estudos geossociolinguísticos do português brasileiro**. São Paulo: Pontes, 2020, p. 49-76.

MARTINS et al. **Quem és tu, Roraima?** caminho para a construção do Atlas Linguístico de Roraima. Boa Vista, Roraima. Universidade de Roraima 2020.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana. (Orgs.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006.

RAZKY, Abdelhak. **Atlas linguístico sonoro do estado do Pará (ALiSPA 1.1)**. Belém: s/ed. 2004. (Programa em CD-ROM).

RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha; SANCHES, Romário Duarte. **Atlas Linguístico do Amapá**. São Paulo: Labrador, 2017.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953 [1922].

PORTILHO, Danyelle. **O falar amazônico**: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de pós-graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

SILVA, Greize Alves da. **Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado do Tocantins (ALITTETO)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Londrina, 2018.

TEIXEIRA, Marco Antonio; FONSECA, Dante. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

TELES, Ana Regina. **Cartografia e georreferenciamento na Geolinguística: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes**. 2018. Tese (Doutorado em Letras). Programa de pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TELES, Iara Maria; RAZKY, Abdelhak; COIMBRA, Diego. Estado da arte do Projeto Atlas Linguístico de Rondônia. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v.23, nº1, 2022, p. 91-112.

THUN, H. **Atlas linguistique et variabilité**: Introduction à la table ronde. In: XXIIe. CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 1998, Bruxelles, **Actes...**, v. III, Tübingen: Max Niemeyer, 2000. p. 407- 409.

Recebido em 29-02-2024

Aprovado em 26-08-2024